MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

DOI: 10.30612/rmufgd.v12i23.15627

A insuficiência da crítica: o déficit analítico das Escolas Críticas de Segurança em relação ao Sul Global

The insufficiency of criticism: the analytical deficit of Critical Schools of Security in relation to the Global South

La insuficiencia de la crítica: el déficit analítico de las Escuelas Críticas de Seguridad en relación con el Sur Global

João Henrique Salles Jung
Professor e vice-coordenador da Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
Ex-Presidente e Research Fellow no Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE).
Doutorando em Filosofia pela FernUniversität in Hagen em cotutela com a PUCRS.
Email: joao.jung@pucrs.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9234-6866

Bárbara Campos Diniz
Doutoranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP).
Mestra e Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).
E-mail: barbara.diniz@unesp.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5893-9836

Carina Rafaela de Godoi Felini
Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade América Latina (FAL).
E-mail: ninafelini@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0007-9979-1269

MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

Resumo: Este artigo retoma a evolução do debate sobre Segurança Internacional para analisar as chamadas Escolas Críticas de Segurança. Por meio desta reconstrução, que em um primeiro momento analisa as abordagens tradicionais dos Estudos de Segurança para depois compreender os posteriores estudos críticos, pretende-se avaliar os méritos de tais correntes. Nessa égide, entende-se por meritórias algumas das intenções propostas por estas escolas que rompem com o tradicionalismo dos Estudos de Segurança; contudo, evidenciam-se algumas insuficiências no que tange uma crítica mais profunda. O problema central apontado é a cegueira que a agenda securitária ainda possui em relação ao Sul Global, sendo que o presente artigo enfatiza, para fins analíticos, a América Latina e o Brasil. Enfim, propõe-se uma crítica da crítica, no que se defende um aprofundamento metateórico àqueles preocupados em compreender as dinâmicas securitárias latino-americanas.

Palavras-chave: Segurança Internacional; Teoria Crítica; Sul Global; Escolas Críticas de Segurança; Estudos Estratégicos.

Abstract: This article turns to the international security debate´s evolution by analyzing the so-called Critical Security Schools. Through this reconstruction, which at first analyzes the Security Studies traditional approaches to then understand the posterior state of Critical Studies, our aim is to evaluate the merits and pitfalls of such trends. The article shows that some of the views proposed by these schools that break with the traditionalism of Security Studies are to be commended. However, some insufficiencies regarding a deeper critique within the discipline are evident. Thus, the central issue pointed out here is that there is still a certain blindness within the security agenda concerning the Global South, specifically Latin America and Brazil, the focus of this paper. Therefore, a critique of the critique is proposed, in which a metatheoretical deepening is advocated for those concerned with understanding Latin American security dynamics.

Keywords: International Security; Critical Theory; Global South; Critical Schools of Security; Strategic Studies.

Resumen: Este artículo retoma la evolución del debate sobre Seguridad Internacional para analizar las denominadas Escuelas Críticas de Seguridad. Mediante esta reconstrucción, que en un primer momento analiza los enfoques tradicionales de los Estudios de Seguridad para luego comprender los estudios críticos posteriores, se pretende evaluar los méritos de dichas corrientes. Bajo esta égida, se entienden como meritorias algunas de las intenciones propuestas por estas escuelas, que rompen con el tradicionalismo de los Estudios de Seguridad. Sin embargo, se evidencian algunas insuficiencias en cuanto a una crítica más profunda. El problema central señalado es la ceguera que aún tiene la agenda de seguridad con relación al Sur Global, y

este artículo enfatiza, para fines analíticos, a América Latina y Brasil. Finalmente, se propone una crítica a la crítica, defendiendo una profundización metateórica para aquellos preocupados por entender las dinámicas de seguridad latinoamericanas.

Palabras clave: Seguridad Internacional; Teoría Crítica; Sur Global; Escuelas Críticas de Seguridad; Estudios Estratégicos.

Recebido em: 03-02-2022

Aceito em: 02-03-2023

I INTRODUÇÃO

A Segurança Internacional constitui um campo privilegiado dentro das Relações Internacionais. Ao mesmo tempo, os Estudos Estratégicos ganharam força ao ponto de se tornarem uma subárea deste campo de estudos. O significado, as semelhanças e as respectivas diferenças desses termos - que são utilizados muitas vezes enquanto sinônimos - é algo a ser compreendido ao longo deste artigo.

Considerado um tema prioritário, a Segurança Internacional é o problema cerne, originário da criação de um espaço acadêmico específico para os assuntos ligados à Política Internacional. O período entreguerras foi fundamental para a criação e consolidação das Relações Internacionais, contexto no qual o principal foco era refletir sobre meios que evitassem uma nova guerra generalizada; como se sabe, intenção essa francamente malsucedida. Desde então, os assuntos securitários ocupam não somente a agenda dos tomadores de decisão em Política Internacional, mas também se tornaram uma preocupação acadêmica. Com o amadurecimento teórico das Relações Internacionais, passou-se a demandar um arcabouço analítico dos Estudos de Segurança que atendesse às novas agendas da Política Internacional, a qual, dentro destes cem anos, vislumbrou diferentes dinâmicas.

A ordem global no pós-Guerra Fria abriu espaço para atores que até então estavam à margem da Política Internacional como África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia, ganhando proeminência como potências regionais com grande capacidade de articulação (LI; ZHANG, 2018). Ao longo das décadas, essa capacidade de articulação se intensificou a ponto de que tais potências foram de fato percebidas como líderes globais emergentes. Para Mthembu (2018), houve uma mudança de paradigma significativo com a expansão das zonas de influências desses Estados os quais antes eram “potências emergentes”, se afirmaram como “potências do Sul Global” ou potências sulistas.

Por si só, o denominado “Sul Global” está repleto de experiências e condições únicas que, inevitavelmente, moldaram suas perspectivas do sistema internacional. Com a ascensão do “resto”, o monopólio tradicionalista ocidental e *nortecêntrico* sobre o campo das Relações Internacionais e dos Estudos de Segurança estão sendo cada vez mais questionados. Atores que antes eram considerados periféricos dentro da agenda internacional estão reivindicando seu assento à mesa (MTHEMBU, 2018).

No que se acompanha um novo momento teórico das Relações Internacionais, marcado centralmente por aquilo que se denomina enquanto o *terceiro debate* (LAPID, 1989), a agenda de Segurança Internacional se expandiu e, centralmente, adotou um léxico que vai

CC BY NC SA

além dos departamentos de estudo tradicionais da Política Internacional. Há um vasto leque de reflexões marginais que se erguem ao apontar as insuficiências do modo tradicional em se pensar as questões securitárias, baseadas em um novo argumento epistemológico, dentre esses, se destacam os grupos de pensadores da *Escola de Copenhague* com Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde, a *Escola Galesa* com Ken Booth e Richard Wyn Jones, e a *Escola de Paris* com Didier Bigo, Thierry Balzacq e Jef Huysmans.

Meritórios pelas críticas que fazem, bem como pelo novo fôlego trazido ao campo da Segurança Internacional, é possível argumentar, contudo, que os Estudos Críticos de Segurança incorrem em alguns dos mesmos problemas que estruturam as correntes intelectuais criticadas, como se verá ao longo deste artigo. É a partir dessa percepção que emerge o presente artigo, o qual questiona até que ponto as correntes críticas de segurança representam, de fato, uma ampliação satisfatória dos Estudos de Segurança.

A hipótese lançada é que, apesar do maior escopo em relação aos temas que compõem a agenda securitária das Relações Internacionais, a reflexão sobre os problemas de segurança se mantém alicerçada em uma realidade euro-estadunidense, de modo que análises sobre os dilemas securitários do Sul Global demandam sempre adaptações. Focando na realidade latino-americana, o presente artigo argumenta que a ênfase epistemológica por parte das escolas críticas não é suficiente para lidar com a complexidade fora do Norte Global e que isso demanda um maior esforço ontológico e normativo.

Nessa senda, a partir de um levantamento bibliográfico dos Estudos de Segurança, expõe-se o déficit crítico ainda existente nos debates sobre Segurança Internacional. Propõe-se, assim, uma *crítica da crítica* enquanto forma de vislumbrar uma nova síntese teórica que consiga ampliar os Estudos de Segurança às áreas marginalizadas da Política Internacional. Para isso, o artigo se organiza inicialmente com a retomada da emergência dos Estudos Estratégicos e das abordagens tradicionais da Segurança Internacional. Posteriormente, será feito um levantamento sobre novas abordagens críticas de segurança em vias de avaliar o quanto essas são capazes de avançar a discussão nas Relações Internacionais. Em consonância com a hipótese lançada, uma última seção emergirá enquanto forma de apontar os dois eixos deficientes no debate até então, o ontológico e o normativo, propondo uma possível reformulação através da perspectiva latino-americana.

CC BY NC SA

2 OS ESTUDOS ESTRATÉGICOS E OS ESTUDOS DE SEGURANÇA: ABORDAGENS TRADICIONAIS

Muito se discute sobre no que verdadeiramente constituem os Estudos Estratégicos. Em sua especificidade, é possível afirmar que eles versam sobre as dinâmicas que têm relação com os meios de força além de seu óbvio papel na dinâmica política, dialogando, desta forma, com as práticas militares e diplomáticas nos arranjos de defesa e segurança (PROENÇA; DINIZ; RAZA, 1999). Portanto, além de possuírem como objeto central a questão da segurança, os Estudos Estratégicos "[...] tratam, tanto teórica quanto aplicadamente, da ampla gama de questões relacionadas aos regimes de segurança, às políticas de defesa, aos assuntos militares, à dinâmica da tecnologia e da produção de uso bélico" (PROENÇA, DINIZ, RAZA, 1999, p. 22).

As contribuições teóricas mais importantes e fundadoras da literatura clássica estratégica, que versa sobre paz, guerra, militarismo e geopolítica, incluem pensadores como Sun Tzu (1983), Maquiavel (1979), Clausewitz (1989), Jomini (1862), Mahan (1935), Corbett (1911), Douhet (1988) e Mao Tsé-Tung (1963). Cabe aqui ressaltar a visão atemporal defendida por Clausewitz de que a política e a estratégia estão intimamente interligadas e de que os instrumentos de força são usados de acordo com a vontade política; a ela se encontram subordinados. Assim, é possível resgatar a célebre frase de Clausewitz (1996, p. 27): "[...] a guerra não é somente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios".

O debate em Estudos Estratégicos foi inaugurado de fato a partir de Brodie (2008) com o artigo *Strategy as a Science*. O autor parte substancialmente do conceito de estratégia preconizado por Clausewitz, porém problematizado e aplicado por civis informados pela experiência militar que tiveram durante a Segunda Guerra Mundial. A partir de uma perspectiva tradicional e estritamente militar, Brodie (2008) postulou o novo objeto de estudo e, por consequência, a nova área científica: os Estudos Estratégicos. A frase a seguir de Brodie (2008, p.13) resume bem a compreensão geral sobre tal campo:

> [...] a estratégia deve [...] antecipar os rastros da guerra e, por antecipação, sempre que possível procurar aumentar as vantagens sem comprometer indevidamente a manutenção da paz ou a busca de outros valores. Esta ampla iniciativa, que pode ser chamada de "política de segurança", pode ser interpretada como que abrangendo a preparação total para a guerra bem como a sua realização. Assim, ela lidaria – embora com objetivos claramente definidos e limitados – com questões políticas, sociais e econômicas bem como militares tanto em contextos domésticos quanto estrangeiros.

CC BY NC SA

Ademais, neste artigo que inaugurou a área científica, Brodie (2008) também procurou enquadrar a relação mandatória entre os Estudos Estratégicos e as trajetórias formativas militares estadunidenses. A percepção de Proença e Duarte (2007, pp.31-32) no que tange esta questão é a seguinte:

> O contexto particular de sua preocupação era o fato de que, nos EUA, a saída de militares de cargos importantes no pós-guerra aquietava um juízo a seu ver inapropriado, de que a instituição militar extrapolava suas funções. A seu ver o verdadeiro problema, [...] era que os militares não estivessem adequadamente preparados para atuar em estratégia. A evidência mais marcante disso era que a história militar e os pensadores considerados "clássicos", como Clausewitz, eram um arcabouço estranho aos militares e mesmo aos acadêmicos ditos especialistas. Brodie entendia isto como decorrência da falta de formação acadêmica entre os militares.

Essa recapitulação, contudo, não consiste em afirmar que é apenas a partir de Brodie (2008) que se pensou a estratégia na academia. Anterior a Brodie, o norte-americano Earle já havia escrito em 1940 em *National Defense and Political Science* - dado a sua expertise em analisar a estratégia militar durante a Segunda Guerra Mundial – sobre o franco despreparo da academia estadunidense em assuntos militares. Já o britânico Gray (1977), em seu artigo *Across the Nuclear Divide*, *Strategic Studies Past and Present*, postulou a irrelevância do pensamento estratégico pré-nuclear para as questões presentes, ou seja, propôs a necessidade de um novo olhar para as questões da guerra nuclear. Anteriormente, Brodie também já havia assinalado o novo problema das armas nucleares e da dissuasão em *The Atomic Bomb and American Security* (1945) e *The Absolute Weapon* (1946). Desta forma:

> Tendo presente o novo problema da guerra nuclear, é, pois, a partir desta perspectiva que os Estudos Estratégicos irão distinguir-se das Relações Internacionais e também da Estratégia exclusivamente militar preocupada com a táctica e a tecnologia, fazendo convergir especialistas de diversas disciplinas: historiadores, politólogos, economistas, matemáticos e físicos (GRAÇA, 2013, p. 44)

A interdisciplinaridade dos Estudos Estratégicos também é inferida por Brodie (2008), além da reflexão acerca do conceito da interação entre guerra e política de Clausewitz. Neste quesito, Gray (2017, p.1) também sintetizou que "a política provê a estratégia com seu propósito, enquanto a estratégia provê a política com o caminho pelo qual o propósito pode ser na prática realizado"". A relação entre política e estratégia é de mútua dependência.

Não obstante, para as Relações Internacionais e conforme Buzan e Hansen (2009), os Estudos Estratégicos, também referenciados como Estudos Tradicionais de Segurança, surgiram

CC BY NC SA

como meio de sistematizar as maneiras de proteção dos Estados contra ameaças internas e externas após o final da Segunda Guerra Mundial. O foco dos estudos sobre segurança tinha como objeto, exclusivamente, aspectos militares, isto quer dizer que os conceitos sempre remetiam à "segurança nacional", ou seja, "associando a garantia de segurança do Estado como elemento necessário para a preservação da comunidade política dentro dele" (VALENÇA, 2009, p. 69). Nesse compasso, portanto, os estudos sobre segurança assumiram um caráter estado-centrista no qual predominava a noção de que a segurança seria uma questão do Estado e dele somente (BUZAN *et al*., 1998, p. 37).

O debate dos Estudos de Segurança dentro da disciplina de Relações Internacionais perpassou diversas fases e abordou diferentes pontos de vista de análise, porém, tradicionalmente, circundou termos de paz e de poder. Este último conceito, em específico, é central nas temáticas de análise do Realismo, cujas contribuições para o debate em segurança tratam do conceito de poder relacionado à segurança dos Estados num sistema internacional anárquico. Nesse sentido, uma espécie de definição de segurança se consagrou nos próprios estudos realistas e assim permaneceu como conceito acertado até a década de 1980, quando se iniciou o debate epistemológico em Relações Internacionais. Segundo Rudzit (2005, p. 300):

> A principal evidência do não desenvolvimento do termo segurança como um conceito no campo das relações internacionais pode ser percebido pelo seu uso na literatura da área. O termo [...] tende a ser aceito como o conceito organizador da reflexão. [...] apenas após a década de 1970, com o aparecimento das preocupações econômicas e ambientais, é que o conceito de segurança passou a ser tratado em outros termos e não somente como os interesses políticos de determinados atores. Mesmo assim, ao fim da década de 1980, a discussão ainda tinha uma grande ênfase militar.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Escola Realista de Relações Internacionais, tendo como principais expoentes E. H. Carr (2002 [1939]), Hans Morgenthau (2003 [1948]) e Kenneth Waltz (1979), abordava centralmente que o poder garantia a segurança, ou seja, que o Estado que possuísse poder, possuiria segurança. Em *Politics among Nations*, publicado em 1948, Morgenthau (2003 [1948]) fez uma tentativa de construir uma teoria empírica da Política Internacional, investigando padrões das ações dos Estados ao longo da história em suas lutas pelo poder. Em maior e menor grau, tal pensador formulou a tese de que o mecanismo de maior importância para as relações internacionais é o da balança de equilíbrio de poder entre as nações.

Em *Theory of International Politics*, de 1979, Waltz reformula o Realismo em vias de analisá-lo holisticamente, ou seja, "explica as regularidades e leis da Política Internacional abs-

CC BY NC SA

traindo de sua investigação as características associadas às dinâmicas internas das unidades para que a análise pudesse acontecer a nível sistêmico" (SILVA; NUNES; SILVA, 2018, p. 9). O estabelecimento de uma teoria sistêmica da Política Internacional o permitiria lidar com a complexidade da realidade; para fazer isso didaticamente, seria necessário isolá-la.

Assim, na análise de fenômenos políticos, tal âmbito deveria ser sempre isolado para a correta verificação dos demais fatores. Nesse ponto, Waltz (1979, p. 93) introduz o conceito abstrato de estrutura – primordial para o Neorrealismo – composto por: a) *princípios organizadores da estrutura*, ou seja, o imperativo anárquico que impera no sistema internacional do tipo *self-help*, no qual os Estados buscam somente sua própria sobrevivência; b) *o caráter das unidades*, ou seja, define Estados como unitários e soberanos; e c) *a distribuição das capacidades*, isto é, um princípio que atua sobre a própria estrutura e também age sobre as unidades além de definir polos de poder.

No início dos anos 1950, em plena Guerra Fria, o Realismo viu surgir um conceito basilar em matéria de assuntos securitários internacionais: o dilema de segurança de Herz. Tal noção reflete, basicamente, o dilema de que os Estados, preocupados com sua própria sobrevivência e regidos por um constrangimento social frente ao sistema anárquico, buscam constantemente adquirir meios para garantir sua sobrevivência, incrementando suas capacidades *hard* (HERZ, 1950). A consequência é o constante aumento da insegurança dos demais Estados, os quais decidem também aumentar suas capacidades para enfrentar a ameaça potencial. Instaura-se, portanto, uma espiral de incerteza que afeta todo o sistema e aumenta a insegurança e gera desconfiança entre eles. No que tange este conceito tão central às Relações Internacionais de forma ampla, Mendes e Resende (2002, p. 15) apontam que: "na base lógica do dilema reside uma realidade tática e estratégica relacionada à ambiguidade dos meios de força, ou seja, ao fato de que as mesmas capacidades militares podem ser usadas tanto para ações ofensivas quanto para fins defensivos".

A concepção de Herz (1950) é claramente estrutural, isto é, os Estados têm que obter sozinhos os meios necessários para a sua segurança, sendo que as dinâmicas decorrentes do dilema se reforçam e frequentemente geram espirais negativas - não intencionais. O dilema da segurança e o Realismo Estrutural de Waltz (1979), portanto, refletem processos pelos quais a estrutura da anarquia causa efeitos tanto de competição quanto de socialização serem sentidos indiretamente.

Durante a Guerra Fria, a centralidade do neorrealismo, com a prevalência das concepções do estruturalismo, logrou protagonismo não só enquanto prisma teórico dentro da disciplina das Relações Internacionais, porém também enquanto artífice e formulador de

CC BY NC SA

políticas estatais. Nesta senda, os assuntos securitários, sob um predomínio da ortodoxia Realista, possuíam como objeto preponderante de análise as ações que tinham relação à proteção do Estado.

A ampliação dos estudos securitários, a partir da década de 1970, passará por um movimento de renovação teórica, no qual o posicionamento dominante do Realismo abrirá espaço para outras vertentes, em conformidade com o novo momento de ampliação sociológica dentro da disciplina. Tal movimento corresponde à emergência de uma multiplicidade dos atores envolvidos no sistema internacional pós-Guerra Fria e da intensificação de novas agendas das Relações Internacionais, como são exemplos a social, ambiental e econômica. As perspectivas abrangentes de teóricos como a *Escola de Copenhague*, a *Escola Galesa* e a *Escola de Paris* desenvolverão - sob outros recortes, proposições e conceitos - os Estudos Críticos de Segurança Internacional.

3 COPENHAGEN, GALES E PARIS: PROPOSTAS CRÍTICAS

Dentro da ampla definição de Estudos de Segurança, a tentativa de desconstruir e reconstruir o conceito de segurança tornou-se o que Baldwin (1997, p. 5) descreve como uma espécie de *indústria caseira*. Por um lado, há teóricos críticos – em sua maioria europeus – que defendem uma ampliação da agenda e dos atores securitários, rejeitando a primazia delegada ao Estado-nação soberano como o ator referente primário (BUZAN; HANSEN; 2009). Por outro, há teóricos tradicionais – em sua maioria estadunidenses – que rejeitam tal ampliação ao alegar uma incoerência intelectual do campo. Para esses teóricos tradicionais, o Estado é o único objeto de referência e o agente securitizador, enquanto os Estudos de Segurança dizem respeito ao fenômeno da guerra, possível de definir como "[...] o estudo da ameaça, do uso e do controle de forças militares [...]" (WALT, 1991, p. 212).

Entretanto, seria simplista afirmar que há divergências somente entre os Estudos Tradicionais de Segurança (ETS) e os Estudos Críticos de Segurança (ECS) - há também uma forte heterogeneidade presente nas percepções securitárias dentro dos ECS. Uma das razões para tal é que, como outros conceitos sociopolíticos, "segurança" é o que Gallie (1956) caracteriza como um "conceito essencialmente contestado", sugerindo que o significado e o uso do conceito "segurança" estão sempre abertos para discordância já que uma definição neutra é basicamente impossível (BUZAN et al, 1998; SMITH, 2005). Com isso, dentre as diversas abordagens "não tradicionais" dos Estudos de Segurança, se destacam as Escolas de Copenhague, de Aberystwyth (Galesa) e de Paris, as quais fazem parte do movimento pós-positivista emergente no crepúsculo da Guerra Fria.

Para a Escola de Copenhague, segurança é uma questão de sobrevivência (MCSWEENEY, 1996). Os teóricos adeptos à essa abordagem argumentam que, nas relações internacionais, algo é percebido como uma questão de segurança quando é reconhecido como uma ameaça existencial ao objeto de referência, fenômeno que abre espaço para ser tratado imediatamente e através de medidas extraordinárias. A Escola de Copenhague compartilha com abordagens realistas uma compreensão militar tradicional de segurança ao mesmo tempo que apresenta um aparato conceitual similar de certas abordagens construtivistas, escola a qual o próprio Barry Buzan se filia. Assim, a teoria da securitização é a ferramenta analítica mais reconhecida fruto dessa dualidade realista-construtivista que é a Escola de Copenhagen (WEAVER, 1995; BUZAN et al, 1998).

Segurança é compreendida como a proteção de valores fundamentais da sociedade internacional em detrimento de uma série de possíveis ameaças à manutenção da ordem, reforçando a responsabilidade de atores ao lidarem com fatores de vulnerabilidade. O reconhecimento e a legitimidade de uma questão politicamente relevante, bem sua interpretação enquanto uma questão de ameaça existencial - uma questão de segurança - permite que atores, majoritariamente estatais, adotem medidas excepcionais para lidar com esse tema de modo a zelar por sua existência, autonomia, sociedade e valores (objetos referentes). O argumento central da teoria de securitização cunhada por Weaver (1995) e aprofundada por Buzan, Waever e Wilde (1998), é de que atores internacionais percebem algo como uma questão securitária não somente por constituir uma ameaça existencial à um objeto referente, mas também porque os próprios atores *definiram e internalizaram* algo como uma ameaça existencial a um objeto referente.

Ao estabelecer algo como ameaça existencial, um ator reivindica o direito de lidar com a questão por meios excepcionais para garantir a sobrevivência do objeto referente. Segurança é, portanto, uma prática autorreferencial na qual algo se torna uma questão de segurança apenas por ser reconhecida e rotulada como tal por um ator com uma agência específica. Não obstante, o fato de que segurança é compreendida como uma construção social e intersubjetiva não significa que tudo pode ser facilmente "securitizado." Para que uma questão seja securitizada com sucesso, o ator securitizador deve, através de discursos, apresentar a ameaça existencial a um público-alvo e convencê-lo de que a ameaça é real. É somente ganhando o reconhecimento do público-alvo que a questão pode ser movida para além da esfera política normal, permitindo que medidas excepcionais sejam tomadas para combater a ameaça (BUZAN et al 1998; BALZACQ, 2005). Entretanto, é importante enfatizar que, para a Escola de Copenhague, "[...] a segurança deve ser vista como algo negativo, como uma falha em lidar com as questões [dentro da esfera] da política comum" (WEAVER, 1995, p. 29).

CC BY NC SA

Se, por um lado, a Escola de Copenhague amplia os Estudos de Segurança para além das percepções tradicionais, por outro lado, a Escola de Aberystwyth vai além, apresentando uma crítica mais sustentada, coerente e radical aos Estudos Tradicionais de Segurança. Com raízes marxistas, a Escola de Aberystwyth (ou Galesa) tem como pioneiros Ken Booth e Richard Wyn Jones, os quais são fortemente influenciados pela teoria crítica gramsciana e pela filosofia social crítica da Escola de Frankfurt - ambas bem sintetizadas nas Relações Internacionais através de Robert Cox (1981). Por mais diversas que essas abordagens possam parecer, todas elas se originam do paradigma produtivista marxista, buscando desenvolver uma teoria social orientada para as transformações sociopolíticas, além de explorar e elucidar as barreiras, desafios e possibilidades de emancipação humana (WYN JONES, 2001).

Como outras abordagens críticas, a Escola de Aberystwyth denuncia o foco único e exclusivo no Estado dentre os Estudos Tradicionais de Segurança. Booth (1991, 2007) e Wyn Jones (2001) não apenas criticam tal aspecto, mas também oferecem uma perspectiva clara de como reconceituar os Estudos de Segurança a partir de um foco na emancipação humana. Ambos os autores argumentam que apenas um processo emancipatório pode tornar a perspectiva da "verdadeira segurança" – a segurança humana – uma realidade.

Com isso, o Estado soberano não é o principal provedor de segurança; pelo contrário, ele é uma das principais causas da insegurança humana prevalente atualmente. A verdadeira segurança, como argumenta Booth (1991, p.319), "[...] só pode ser alcançada por pessoas e grupos se eles não privarem os outros dela". Para alcançar tal realidade, a mesma deve ser entendida como emancipação que "[...] oferece uma teoria de progresso para a política, fornece uma política de esperança e orienta uma política de resistência [...]. A emancipação é a única esperança permanente de devir" (BOOTH, 1999, p. 46). Assim, segurança e emancipação podem ser compreendidos como os dois lados de uma mesma moeda (BOOTH, 1991).

Ademais, Booth (2007) rejeita a alegação de segurança é um conceito contestado. De acordo com o autor, a fim de obter a segurança, é necessário defini-la uma vez que o "[...] melhor ponto de partida para conceituar segurança está nas reais condições de insegurança sofridas por pessoas e por coletivos" (BOOTH, 2007, p. 22). O que é impressionante, o autor continua, é que os impulsos biológicos para a segurança são universais – como abrigo, alimento e segurança doméstica – bem como o fato de que a falta de segurança é uma condição determinante da vida humana. Deste modo, a condição de sobrevivência "[...] não é sinônimo de viver intoleravelmente bem e menos ainda de ter condições de perseguir ambições políticas e sociais acalentadas [...]" (BOOTH, 2007, p. 102). Assim, segurança é maior do que sobrevivência, maior no sentido de maior liberdade em relação às ameaças que determinam a vida e, portanto, espaço para fazer escolhas.

CC BY NC SA

A terceira escola crítica dos Estudos de Segurança que propõe uma interdisciplinaridade para análises de segurança e conflito é a Escola de Paris, com Didier Bigo, Thierry Balzacq e Jef Huysmans como seus representantes mais proeminentes. A Escola de Paris tem como objetivo analisar questões securitárias utilizando ferramentas conceituais e operacionais das áreas de Relações Internacionais, Ciências Sociais e Criminologia (BIGO; TSOUKALA, 2009). Reconhecendo as contribuições importantes dos autores da Escola de Copenhague, a Escola de Paris adapta a teoria de securitização, aprofundando-se nos atos de fala e na importância das práticas de segurança através de uma perspectiva baseada em Bourdieu e Foucault (BALZACQ *et al.* 2010).

Deve-se destacar que Bourdieu (2004) descreve sua perspectiva como um "estruturalismo construtivista" ou um "construtivismo estruturalista", com o objetivo de vincular a relação agente-estrutura em uma concepção abrangente da prática. Ao adotar uma abordagem *bourdieuana*, a Escola de Paris argumenta que a agência é influenciada pelo *habitus* de um indivíduo, se referindo a uma orientação semiconsciente que os indivíduos têm para o mundo que forma uma base para a prática (WILLIAMS, 2007). Como o próprio Bourdieu descreve, o *habitus* "[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações [...]" (BOURDIEU, 1983, p. 65). Tais disposições podem incluir orientações corporais e um conjunto de preceitos éticos ou disposições comportamentais.

Embora o autor não tenha explicitamente definido o conceito de "identidade", Schäfer (2014) propõe que identidade pode ser definida como uma das disposições do *habitus*. Bourdieu (2004) argumenta que a ação humana não é apenas moldada pelo *habitus*, mas também por seu capital cultural, sendo este definido como uma coleção de elementos simbólicos como habilidades, gostos, moda, culinária, entre outros. Assim, o compartilhamento de formas semelhantes de capital cultural com outros indivíduos cria um senso de identidade coletiva. Aplicando respectivamente, a Escola de Paris considera cruciais os conceitos de identidade e *habitus* do indivíduo no nível estatal para o processo de securitização (KINVALL; MANNERS; MITZEN, 2008).

Ademais, Balzacq et al. (2010) argumentam que o Estado não tem, atualmente, a mesma autoridade percebida pelas teorias clássicas devido à "desdiferenciação" dos domínios de segurança interna e segurança externa que levou a uma tendência geral de cooperação entre as agências de ambos os níveis, resultando em uma rede transnacional de "profissionais de segurança". Por sua vez, Bigo (2009) identifica um campo de processos de (in)securitização que são dominados por tais profissionais e especialistas em segurança. O autor afirma que esse campo segue regras de jogo específicas, além de pressupor de um determinado modo de socialização – ou *habitus* – próprio por parte desses profissionais.

CC BY NC SA

No entanto, Bigo (2009) esclarece que os profissionais de segurança são majoritariamente ligados às instituições públicas dos setores de inteligência, policiais e militares. Assim, seria errôneo afirmar que a Escola de Paris não atribui nenhum papel importante ao Estado no que tange à segurança. O que Bigo (2009) argumenta é a insustentabilidade de manter a noção clássica de Estado por conta da transnacionalização, da globalização, das diversas ameaças e das redes de profissionais de segurança, no que adota uma abordagem foucaultiana de governamentalidade, destacando o poder do Estado em um processo top-down de securitização.

Para além da sobreposição do impacto da identidade e do *habitus* nos processos de securitização, vale ressaltar que o enfoque da Escola de Paris é em insegurança, bem como nos pressupostos do sentimento generalizado de ansiedade e de mal-estar na Política Internacional. Chandler (2008), ao rever os trabalhos de Kaldor (2007), Duffield (2007) e Furedi (2007), observa uma mudança retórica dos problemas do campo de Segurança Internacional de problemas de segurança – a ameaça de guerra interestatal – para a insegurança – o risco permanente de instabilidade. Ao mesmo tempo, Daase e Kessler (2008) observam que houve uma mudança semântica do tipo de ameaça que a Política Internacional aborda após o fim da Guerra Fria. Não se trata mais de evitar ameaças, mas da gestão dos riscos que dominam a agenda internacional.

Isso contribui para um debate multidisciplinar anterior sobre a sociedade de risco que surgiu no campo das Ciências Sociais na década de 1980. De acordo com Becker (ARADAU; VAN MUNSTER, 2007, p. 90), a sociedade de risco é "[...] uma sociedade na qual não existem perigos incontroláveis e imprevisíveis contra os quais [estar] seguro é impossível". Por sua vez, Bigo e Tsoukala (2009) adotam o conceito de sociedade de risco e o vinculam à política de desconforto, enfatizando o posicionamento da Escola de Paris em relação ao rótulo de "segurança", que é utilizado como um slogan ou um método através do qual certos grupos são capazes de justificar e impor um programa político avaliando o que pode ser designado como um objeto de medo ou riso. Balzacq et al. (2010) argumentam que qualquer tentativa de segurança máxima sempre provoca a insegurança máxima, ou seja, todo processo de securitização irá, portanto, gerar um processo paralelo e intrínseco de insecuritização para outras partes.

A situação de incerteza na Política Internacional resulta no surgimento do que Bigo (2008) chama de "gerenciamento do mal-estar". Embora reconhecendo o poder nas narrativas e as contribuições da teoria da securitização da Escola de Copenhague, a securitização, para Bigo (2001) ocorre, antes de tudo, por meio de práticas hodiernas não discursivas. Por sua vez, Pouliot (2008) argumenta que há um apelo mais amplo nas abordagens pós-positivistas das Relações Internacionais para uma "virada prática" baseada em percepções filosóficas, socioló-

CC BY NC SA

gicas e psicológicas. Essa virada prática tenta superar o que o autor chama de viés representacional nas teorias sociais. Segundo Pouliot (2008, p. 272), esse viés representacional decorre das três lógicas de ação social mais utilizadas nas abordagens de Relações Internacionais contemporâneas: das consequências, da adequação e da argumentação.

As três lógicas enfatizam representações e conhecimentos reflexivos nas ações sociais. No entanto, Pouliot (2008) argumenta que "[...] na vida social e política, muitas práticas não derivam primariamente da racionalidade instrumental (a lógica da consequência), do surgimento de normas (a lógica da adequação) ou da ação comunicativa (a lógica da argumentação)" (POULIOT, 2008, p. 257). Pelo contrário, o autor afirma que "[...] as práticas são o resultado de um conhecimento prático inarticulado que faz com que o que deve ser feito parece "auto evidente" ou senso comum" (POULIOT, 2008, p. 258).

O principal argumento aqui apresentado é que as ações sociais têm origem em uma lógica prática que é fundamentalmente não representativa. A suposição de lógica prática não representacional é a base do *habitus* de Bourdieu; trabalhado por este em diversas obras. O foco de Bigo em rotinas práticas inconsistentes pode, portanto, ser entendido como parte da abordagem apresentada acima (KINNVALL; MANNERS; MITZEN, 2018). Isso, por sua vez, corresponde ao pressuposto da Escola de Paris de que os indivíduos – e igualmente os Estados – buscam perpetuar certas práticas que fazem parte de seu *habitus*.

Com isso, a Escola de Paris trabalha dentro da dicotomia segurança- insegurança, argumentando que ambas devem ser analisadas como um processo de (in)securitização dual baseado em práticas. Essas práticas são formadas por interações sociais que são "[...] derivadas de relações objetivas, regras do jogo, que não são diretamente visíveis nem conscientes" (BALZACQ et al. 2010, p. 2). Ao contrário do argumento da Escola de Copenhague de que a mitigação de ameaças existenciais pressupõe o uso de medidas excepcionais, a Escola de Paris argumenta que, na maioria das vezes, as práticas de segurança já são normalizadas e rotinizadas, fazendo, portanto, que a excepcionalidade se torne uma prática cotidiana (BIGO; TSOUKALA, 2009). Com isso, é importante compreender a inserção de práticas de segurança nas rotinas diárias, pois pressupõe uma diferenciação entre a prática de segurança e outras práticas sociais para que, se possível, também identificar os processos de (in)securitização de forma geral.

As abordagens das Escolas Críticas de Segurança discutidas ao longo desta seção são, de fato, muito diferentes. No que tange a Escola de Copenhague, Cox (1981) a categoriza como uma abordagem de *problem-solving*, que considera o mundo como ele o encontra e busca fazê-lo funcionar lidando efetivamente com as fontes específicas de problemas, replicando o que já existe. Diferentemente, as Escolas de Aberystwyth e Paris, ou seja, as teorias críticas em

CC BY NC SA

si, questionam as relações sociais e as relações de poder prevalentes, assim como as instituições vigentes "[...] ao se preocuparem com suas origens - e como - e se elas podem estar em processo de mudança" (COX, 1981, p. 129).

Apesar de suas diferenças, as três escolas se opõem às conceituações, suposições e afirmações dos Estudos Tradicionais de Segurança. Entretanto, argumenta-se aqui que as Escolas Críticas de Segurança foram desenvolvidas *por, para* e *dentro* de contextos específicos de relações sociais e políticas majoritariamente europeias. Desta maneira, mesmo rompendo com o tradicionalismo do campo, essas abordagens críticas não são suficientes ou completamente adequadas para compreender outros contextos e demandas por segurança no Sul Global.

Em luz da omissão histórica do Sul nos Estudos de Segurança, Barkawi e Laffey (2006) e Acharya e Buzan (2010, 2017) tentaram expor a natureza eurocêntrica da disciplina e lançar as bases para estudos "não-ocidentais" de Relações Internacionais e Segurança. Embora isso possa estar ligado à criação de uma disciplina mais global, essas contribuições servem para reforçar ainda mais as dicotomias eurocêntricas.

A maioria dos pesquisadores que tentam criar uma agenda de Estudos de Segurança verdadeiramente global acabam por manter o vazio não-ocidental dentro da disciplina, no que deixam as discussões securitárias nas mãos da intelectualidade do Ocidente. Em *The Postcolonial Moment in Security Studies*, por exemplo, Barkawi e Laffey (2006) esboçam a lacuna oriental dentro da disciplina e concluem que pesquisadores ocidentais precisam reconhecer o caráter mutuamente constitutivo da Política Internacional. Embora seja importante reconhecer e criticar esse eurocentrismo, os autores pouco analisam como tornar os Estudos de Segurança mais globais, reforçando, ironicamente, muito do *nortecentrismo* da disciplina apesar de serem críticos ao mesmo.

Acharya e Buzan (2010) também refletem certo *nortecentrismo* subliminar em sua obra *Why is there no non-Western international relations theory?* originalmente publicada em 2007, ao discutir uma agenda de pesquisa baseada em uma busca por teorias *não-nortecêntricas* que se parecem com as teorias *nortecêntricas* de Relações Internacionais. Os autores estão preocupados em encontrar contribuições *não-nortecêntricas* para o arcabouço teórico do campo que se encaixem amplamente em sua compreensão de Teorias de Relações Internacionais (TRI). Ademais, eles afirmam que as teorias encontradas quase nunca atendem aos critérios de teoria rígida; isso, por si só, é uma construção e imposição científica do Norte perante o resto do Mundo.

É necessário, enfim, refletir sobre as reivindicações feitas sobre a criação de um campo de Relações Internacionais realmente global. Para Acharya e Buzan (2017, p. 349), tal agenda

CC BY NC SA

tem o objetivo de "[...] enriquecer [teorias de RI existentes] com a infusão de ideias e práticas do mundo não-ocidental". Sob tal pressuposto, a resposta para o rompimento com o monopólio *nortecêntrico* presente nas Escolas de Segurança, independentemente se são tradicionais ou críticas, é a assimilação e integração de práticas "periféricas" ou "não-ocidentais". Isso, no entanto, coloca os autores novamente de novo no centro do *nortecentrismo* subliminar devido à suposição subjacente de que as principais Teorias das Relações Internacionais são ocidentais e permanecem superiores a qualquer alternativa.

Em outras palavras, reivindicar a assimilação de perspectivas *não-nortecêntricas* às TRI existentes é a única maneira pela qual os estudos periféricos das RI podem ganhar espaço na agenda internacional, essencialmente despoja-os de qualquer agência em relação à formação de teorias periféricas. Assim, a agenda internacional, apesar de alguns avanços, mostra-se ainda reticente em reconhecer e explicar a possibilidade de uma concepção *não-nortecêntrica* do sistema internacional que diverge das TRI dominantes.

Com a ampliação dos Estudos de Segurança para além do paroquialismo das abordagens tradicionais, as abordagens críticas introduzem percepções mais interpretativistas e pós-positivistas para o campo. De acordo com Acharya e Buzan (2017, p. 345), a ênfase do interpretativismo nas "[...] forças ideacionais em comparação com a "impotência" material dos países em desenvolvimento [...]" produz uma maior apreciação de sua capacidade em desafiar o domínio *nortecêntrico*. Embora possa parecer que a rejeição das abordagens críticas ao rigor científico e ao objetivismo positivista pavimentou o caminho para uma ampliação nos Estudos de Segurança, a metanarrativa continua centrada no Norte Global.

De acordo com uma pesquisa realizada por Acharya e Buzan (2010, p. 10), por exemplo, os estudos construtivistas – os quais podem ser considerados abordagens críticas – "[...] enfocam principalmente os processos e resultados de segurança que ocorrem na região do Atlântico Norte e na Europa [...]", com 45% do total de pesquisas, enquanto 13% enfocam a Ásia e uma quantidade minúscula na América Latina, África e Oriente Médio. Em outras palavras, mesmo ao materializar certa ampliação da agenda, as abordagens críticas não pluralizaram os objetos de pesquisa sobre Segurança Internacional dentro das relações internacionais.

4 A INSUFICIÊNCIA DA CRÍTICA PARA O SUL GLOBAL: ONTOLOGIA E NORMATIVIDADE

Como visto ao longo das sessões anteriores, os Estudos de Segurança são dominados pela agência securitária e acadêmica do Norte, que discutem e criam teorias a partir de uma

CC BY NC SA

determinada interpretação da Segurança Internacional. Historicamente, as abordagens tradicionais - como visto nas seções anteriores - dominaram tal campo, determinando as características principais dos Estudos de Segurança.

As teorias realistas, por exemplo, afirmam que os Estados estão em competição perpétua devido à ausência de uma autoridade superior – visto que o sistema internacional é anárquico – e, por isso, a segurança é definida em termos de poder estatal, compreendido exclusivamente em termos militares (SHEPERD; WELDES, 2008). O interesse fundamental de qualquer Estado é, portanto, "[...] proteger [sua] identidade física, política e cultural contra a invasão de outras nações" (SHEPERD; WELDES, 2008, p. 530). De acordo com Waltz (1979), as abordagens realistas são de aplicabilidade universal, visto que todos os Estados devem se adaptar à anarquia internacional, independentemente de sua localização, temporalidade, propriedades sociais, culturais ou políticas.

Apesar de tais reivindicações universalistas, as abordagens realistas calcificaram as estruturas dos Estudos de Segurança dentro de um viés *nortecêntrico*. As abordagens realistas constroem a Política Internacional de modo reificado, constituído exclusivamente pelas interações das grandes potências, no que omitem, essencialmente, o Sul Global enquanto campo de análise dos Estudos de Segurança. Como Waltz (1979, p.72) argumenta: "[...] seria tão ridículo construir uma teoria da Política Internacional baseada na Malásia ou na Costa Rica quanto seria construir uma teoria econômica de contemplação oligopolística baseada nas empresas menores de um setor da economia".

A objetividade das abordagens realistas sob o positivismo epistemológico age como um véu para disfarçar o *nortecentrismo* inerente aos Estudos Tradicionais de Segurança (HOBSON, 2019). O positivismo permite que abordagens realistas subvertam a propriedade hierárquica do sistema internacional, ao ignorar o fato de que hierarquias internacionais sob a anarquia existam (HOBSON, 2013). Ainda, aponta-se aqui já a dois déficits nos quais argumentos como o supracitado incorrem: i) ontológico e ii) normativo.

Devido às origens históricas do campo das Relações Internacionais, o aludido *nortecentrismo* foi diretamente assimilado pelas abordagens denominadas críticas nos Estudos de Segurança - mesmo que não conscientemente. A busca por abordagens securitárias para além do Atlântico Norte e do continente europeu não pode ser realizada de forma isolada à busca por abordagens teóricas que trazem críticas dentro de um escopo mais amplo. Em outras palavras, a reivindicação pela assimilação de perspectivas *nortecêntricas* nas Relações Internacionais contemporâneas é a única maneira pela qual teorias periféricas podem ganhar uma "voz teórica" internacional, essencialmente, privando-as de qualquer agência no que diz respeito

CC BY NC SA

à criação de teoria periférica. Ou seja, agenda internacional falha em reconhecer e explicar as possibilidades de concepções fora do Norte Global do sistema internacional.

Com isso, é evidente que os Estudos de Segurança ainda não são de fato globais e as tentativas de ratificar a situação enfatizam a incapacidade do campo de superar – até o momento – a agenda *nortecêntrica*. Pode-se argumentar que as tentativas feitas por especialistas – como os já referenciados nas sessões anteriores - de ampliar o campo nunca tiveram intenções globais; ou se tiveram, não foram plenamente realizadas. Como argumenta Wallerstein (1997), as Relações Internacionais foram criadas *por* e *para* a Europa, a fim de explicar e analisar o imperialismo europeu e as interações do Norte Global dentro do sistema internacional. Não é surpreendente que as tentativas em criar as estruturas para Estudos de Segurança de alcance global, dentro de uma disciplina inerentemente europeia e estadunidense, tenha falhado. Edward Said (1996, pp.120-121) aponta que o intelectual, mesmo que cético, tende a entrar nas estruturas de poder já existentes e falar de dentro do quadro e da história de valores e ideias já articulados.

Como visto até então, é possível compreender uma espécie de história intelectual dos estudos securitários nas Relações Internacionais cuja gênese passou por adaptações até alcançar os modelos críticos. Neste artigo propõe-se compreender que esta historicidade é baseada em um movimento que demanda novas abordagens para lidar com os problemas securitários contemporâneos. Contudo, mais do que ampliar uma agenda de pesquisa dentro do escopo da Segurança Internacional, o objetivo aqui é demonstrar a existência de diferentes localidades para a análise securitária - ou seja, que o movimento continua.

Retoma-se a Geografia Política no que tange a relação entre indivíduo, sociedade e espaço em vias de argumentar que diferentes regiões oferecem desafios diversos. Desse modo, tomar perspectivas securitárias que lidam com realidades outras revela-se em imprecisão teórica. Não se entra aqui no debate epistemológico em vias de argumentar quão problemática é a dominação anglo-saxã nos Estudos Estratégicos; isso algumas escolas críticas já fizeram, como visto anteriormente. Apesar das denúncias sobre epistemicídio constituírem importante esforço intelectual, a intenção deste artigo é defender a necessidade de uma visão latino-americana sobre as dinâmicas securitárias devido à necessidade contingente de uma perspectiva tal. Pode-se dizer que, mais do que um argumento epistemológico, defende-se aqui uma posição lógica com base ontológica e intenção normativa.

Desvinculados então dos debates pós/decoloniais, não se furta, contudo, à crítica; mas uma crítica que vá além da crítica já estabelecida. Fundamenta-se assim uma *crítica da crítica* ao demonstrar como mesmo perspectivas críticas podem ser insuficientes, caindo em proble-

CC BY NC SA

mas similares aos criticados por elas. Se questões epistemológicas não são o foco aqui - devido ao que foi supracitado – o mesmo não se pode dizer do que tange à ontologia. Desse modo, o primeiro ponto para o empreendimento de uma visão securitária para o Sul Global deve recorrer à dimensão ontológica.

Argumentamos que a deficiência metateórica dos estudos securitários acaba por criar uma estreita margem de discordância entre as diferentes escolas de pensamento. Assim, a grande proposta deste artigo pode ser dividida em duas dimensões: i) ontológica e ii) normativa, na qual a segunda fornece a base para a formulação da primeira. Ao mesmo tempo, encaradas dialeticamente, uma nova concepção ontológica abre campo para a emergência de novas normatividades. Dessa maneira, é na esteira de uma realidade que remonta à América Latina que se fundamenta a proposta de uma perspectiva securitária latino-americana. Além do fato da discussão metateórica sobre ontologia na Política Internacional não receber grande atenção (LAPID, 1989, p. 235), recai-se na questão sobre a própria América Latina ser um campo de análise marginalizado.

Existe uma série de trabalhos que pensam sobre questões securitárias na América Latina e, mais especificamente, no Brasil. Contudo, normalmente essas recorrem a formulações teóricas *nortecêntricas* em vias de adaptá-las à realidade do subcontinente. Exemplos podem ser encontrados em Cepik (2013), Fuccille e Rezende (2013), Eloi Senhoras (2010), entre outros. Esses trabalhos têm em comum, a despeito da qualidade intelectual, o problema em recorrer à noção de complexos regionais de segurança da Escola de Copenhague para interpretar a América Latina. Em Fuccille e Rezende (2013) há uma crítica à apreensão automática dos complexos regionais de segurança ao contexto latino-americano; contudo, no lugar de proporem uma nova perspectiva teórica, visam apenas uma expansão desta.

A Escola de Copenhague ou qualquer outra corrente que lide com questões de Segurança Internacional - crítica ou não - dificilmente pode ser utilizada como paradigma no debate securitário do Sul Global devido ao fato de não serem constituídas ontologicamente para compreender tal realidade. Isso não quer dizer, obviamente, que contribuições ou até mesmo conceitos advindos de escolas de pensamento alheios não possam ser utilizados dentro de uma perspectiva securitária voltada ao Sul Global. É possível estabelecer diálogos e pontes entre as contribuições *nortecêntricas* e o Sul Global, algo realizado por autores como os supracitados; infrutífera é a apropriação integral de uma teoria *nortecêntrica* para discutir uma realidade do Sul Global.

Enfim, no que concerne ao primeiro eixo deficitário dos Estudos de Segurança apontado por este artigo, propõe-se algo que se assemelha ao realizado por Enrique Dussel (1977) em

CC BY NC SA

relação a uma *filosofia da libertação*, no que este propunha o desprendimento da ontologia ocidental/eurocêntrica em vias de constituir um pensamento filosófico latino-americano de forma emancipada. Apenas através de uma revolução metateórica se faz possível conceber uma teoria securitária latino-americana, a qual não pode ser construída a partir de premissas ontológicas alheias a sua própria realidade. Os objetos referentes, os níveis de análise, e, principalmente, a percepção social sobre segurança ou ameaça são diferentes quando se pensa a América Latina e os espaços dos quais as teorias securitárias procedem.

Isso remete ao segundo ponto levantado por este artigo. Do mesmo modo que uma nova perspectiva ontológica é fundamental para conceber uma concepção securitária latino-americana, uma nova normatividade precisa emergir enquanto forma de legitimar tal esforço teórico. Do mesmo modo, a partir do momento em que se propõe uma *crítica da crítica*, é indispensável considerar a dimensão normativa enquanto sustentáculo de tal empreendimento. Assim, pode-se questionar quais pressupostos normativos emerge em uma teoria securitária voltada à América Latina. Por exemplo, Andrew Linklater (2000) argumenta que é necessária uma reconstrução normativa nas Relações Internacionais em vias de se superar as relações de exclusão-inclusão que permeiam tal campo. Tal questão é apontada em João Jung (2019), quando se percebe uma hegemonia normativa nas Relações Internacionais a qual legitima ou deslegitima determinados processos, discursos e atores.

Compreende-se a América Latina enquanto um espaço de exclusão, principalmente quando se vislumbra as redes de poder que circulam o campo da Política Internacional e marginalizam ou centralizam determinados atores (ENLOE, 1996). Ao se pensar uma nova ontologia - e não apenas através de um esforço epistemológico, como proposto pelo próprio Linklater (2000) - é que se pode pensar num projeto normativo que sustente uma teoria securitária latino-americana. Ainda, ao retomar Dussel (1977), é possível argumentar que a América Latina enquanto espaço marginalizado - no que o filósofo, em diálogo com a teoria da dependência, argumenta sobre a dominação que acomete o continente - tem origens na *ontologia da totalidade*, a qual consiste nas representações ocidentais sobre a realidade.

Tal questão sobre ontologia da totalidade parte de uma crítica formulada primeiramente por Martin Heidegger (2005) à ontologia ocidental, no que propõe a separação entre o ser e o ente, fragmentando a experiência ontológica total. Assim, o ser não é, mas sim, se constitui enquanto sendo. No que coloca o título a sua *magnum opus*, o ser é constituído através do tempo. Há um processo formativo do ser - fenomenológico-existencialista, na tradição heideggeriana - que foi apreendido por Enrique Dussel (1977) enquanto forma de libertação ontológica. A ontologia ocidental seria a ontologia da totalidade; como tal, os pressupostos da

CC BY NC SA

própria existência - e no empreendimento deste artigo, da existência Política Internacional - estariam pressupostos.

A totalidade refere-se a um projeto totalizante, o qual compreende uma concepção social, política e econômica pré-estabelecida, que não reconhece a alteridade formativa de novos processos. O grande argumento da obra de Dussel (1977) é que, sem uma ruptura ontológica com o ocidente, o qual mantém silenciadas as vozes dos oprimidos, a América Latina jamais desenvolverá sua própria autonomia. No debate das Relações Internacionais, Alexander Wendt (1999) traz importantes contribuições nesta senda ao iniciar a reflexão sobre a questão agente-estrutura sob uma nova perspectiva ontológica neste campo de estudos.

Importa com esta discussão compreender que mais do que uma nova concepção epistemológica, é necessária uma reformulação ontológica para se repensar as Relações Internacionais a partir de perspectivas periféricas; no caso aqui analisado, para concepções de Segurança que façam sentido à realidade do Sul Global. Ao se aceitar passivamente uma ontologia *norte-cêntrica*/ocidentalista, se emulam todas as premissas intelectuais que compõem o tradicional arcabouço intelectual das Relações Internacionais. Sem uma ruptura ontológica não há uma abertura normativa para se pensar os problemas locais.

Finalmente, por projeto normativo compreende-se o intuito de delinear uma intenção que forneça base à teoria de segurança regional. Isso pois, é necessário se desvincular dos esforços estadocêntricos e militaristas que acompanham as abordagens tradicionais dos Estudos Estratégicos. Do mesmo modo, as perspectivas críticas acrescentam pouco no que tange uma nova justificação normativa às propostas securitárias. Quando se fala em segurança humana (BOOTH, 1991; WYN JONES, 2001), por exemplo, vê-se um avanço no caminho de uma compreensão de segurança que transcenda o interesse político-militar. Contudo, falta ainda uma melhor substância a tal proposta, que carece se desvincular do léxico eurocêntrico no qual está embebida. Isso pois, questões normativas não emergem enquanto preocupação das novas abordagens, que se concentram mais em expandir a compreensão sobre segurança do que em estabelecer novos horizontes normativos; mantém-se, assim, a hegemonia.

A normatividade, em suma, deve possuir ímpeto emancipatório em vias de constituir um projeto que transcenda as balizas normativas tradicionais (JUNG, 2019). Mais além, normatividade deve corresponder à intersubjetividade do local em que ela é estabelecida. Neste caso, uma intersubjetividade que corresponda à realidade latino-americana/brasileira. Diferentes espaços demandam normatividades diversas, pois a incorporação de uma normatividade alheia configura-se em dominação, seja ela subjetiva - epistemicídio -, ou objetiva - deterioração dos termos de troca.

CC BY NC SA

Percebe-se, assim, que ontologia e normatividade se encontram enquanto elementos necessários para a própria formulação uma da outra, o que ocorre dialeticamente. Do mesmo modo, configuram como os dois eixos ainda deficitários nas abordagens críticas de segurança, que deficientes na discussão metateórica - quando entram nessa se conformam com o nível epistemológico -, deixam ainda lacunas para a teorização acerca da Segurança Internacional, principalmente no que tange às preocupações securitárias do Sul Global.

De acordo com Thomas (2003), não há teorias abrangentes ou integradas nos Estudos de Segurança que abordam os desafios securitários dos países do Sul Global (ou, como denomina o autor, Terceiro Mundo) para além da agenda e demandas das grandes potências. Assim, discursos tradicionais e até mesmo os críticos que são construídos a partir de uma percepção eurocêntrica não são adequados para compreender as relações Estado-indivíduo e as prioridades de segurança do Sul Global.

Conforme Acharya (1994), o Realismo defende uma ordem internacional compatível com o espírito das décadas de Guerra Fria que, consequentemente, potencializava os conflitos do Sul Global a partir de guerras de *proxy*. A explicação e compreensão eurocêntrica do sistema internacional é uma das razões por trás da negligência das demandas e experiências singulares do Sul Global. A segurança desses Estados se tornou importante; contudo, recebem a atenção do Norte apenas quando representam uma ameaça à segurança das grandes potências. Grandes exemplos desse movimento são a guerra às drogas entre as décadas de 1970 e 1990 pelos EUA na América Latina e, depois do 11 de setembro de 2001, a guerra ao terror pelos EUA e seus aliados (OTAN) no Oriente Médio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria, de modo geral, é um produto da experiência vivida e das interações de um conjunto de atores. Similarmente, as teorias das Escolas de Segurança não são isentas de valores. O Realismo, por exemplo, um pilar central na orientação ocidental e *nortecêntrica* da Segurança Internacional, mesmo que materialmente orientado, também se tangencia para ideais neoliberais que implicam diretamente nos conceitos de liberdade, independência e sufrágio.

Este artigo teve a intenção de fazer um levantamento dos Estudos de Segurança em vias de compreender quais foram os avanços das escolas críticas neste campo emergentes a partir da década de 1980. No que se recapitulou tanto o debate tradicional quanto crítico, argumentou-se que as correntes críticas, apesar de trazer avanços ao debate securitário, possuem ainda alguns déficits que as incapacitam de compreender a realidade do Sul Global. Com ênfase

CC BY NC SA

na América Latina e, mais especificamente, no Brasil, propõe-se que é necessária uma teoria regional de segurança, a qual deve começar através de um debate ontológico e normativo em vias de constituir seu rol.

Para lidar com a marginalização de perspectivas periféricas de Segurança Internacional, deve-se olhar além das fronteiras paroquiais das Relações Internacionais enquanto disciplina, estruturadas através de experiências *nortecêntricas*. Desse modo se fará possível explorar demandas e perspectivas verdadeiramente marginais que precisam de um espaço dentro da agenda internacional. Como resultado, isso estabelece as estruturas necessárias para o florescimento de abordagens periféricas para a Segurança Internacional e para o campo das Relações Internacionais como um todo.

Assim, para o desenvolvimento de uma perspectiva de segurança verdadeiramente global e crítica, é necessário um esforço para se distanciar dos limites acadêmicos anglo-saxões e olhar atentamente para o internacional de forma mais ampla e detalhada em busca de análises que não aderem ao recorte tradicional. Trata-se de um árduo desafio intelectual, questão evidente no fato de este trabalho ainda utilizar um vasto referencial bibliográfico *nortecêntrico*, algo um tanto quanto irônico, mas, ao mesmo tempo, inescapável frente às questões apontadas ao longo do artigo.

No entanto, embora desafiar a dominação de teorias *nortecêntricas* como *mainstream* seja um objetivo unificador, as assimetrias de poder dentro das dinâmicas do Sul Global podem criar um risco de fragmentação. As desigualdades não são exclusivas das relações Norte-Sul, mas também permeiam entre os Estados *sulistas*. A ascensão de potências regionais como Brasil, China e Índia levantou novas questões sobre marginalização e domínio entre Estados já marginalizados pelo Norte Global. Além disso, outro desafio é originário do domínio histórico dos meios de produção, validação e publicação de conhecimento.

Durante o período colonial, o Sul Global foi sujeito ao domínio e imposição de formas de conhecimento *nortecêntricas* que impuseram determinados valores às sociedades colonas que são perpetuados até os dias de hoje. Mesmo depois das independências, as produções de conhecimento tendem a refletir parâmetros e experiências *nortecêntricas*, mesmo quando escritas por, para e a partir do Sul Global (como o presente artigo, por exemplo).

Questões epistemológicas já tiveram avanços, como se demonstrou na terceira seção deste trabalho. Contudo, este trabalho apontou e justificou a existência de dois eixos ainda deficitários dentro dos Estudos de Segurança, o ontológico e o normativo. Uma abordagem crítica de fato deve ocupar-se não apenas com os objetos e os conceitos abordados, mas ir

CC BY NC SA

ainda mais além, reconfigurando o debate metateórico e os pressupostos normativos que estruturam o campo de pesquisa.

Enfim, o levantamento bibliográfico dos Estudos de Segurança, tradicionais e críticos, oferecido por este artigo busca indicar essas deficiências ainda presentes no debate acadêmico e estabelecer uma *crítica da crítica*. Abre-se espaço, assim, para a formulação de uma agenda de pesquisa sobre Estudos de Segurança para a América Latina e para o Brasil pensada a partir dos seus próprios termos, com uma ontologia e normatividade adequadas.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. Why is there no non-Western international relations theory? In: ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry (eds.). *Non-Western International Relations Theory*: Perspectives on and Beyond Asia. Oxon: Routledge, 2010.

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. Why is there no Non-Western International Relations Theory? Ten Years On. *International Relations of the Asia-Pacific*. vol. 17, pp. 341-370, 2017.

ARADAU, Claudia; VON MUNSTER, Rens. Governing Terrorism Through Risk: Taking Precautions, (un)Knowing the Future. *European Journal of International Relations*. vol. 13, pp. 89-115, 2007.

BALDWIN, David A. The Concept of Security. Review *of International Studies*. vol. 23, pp. 5-28, 1997.

BALZACQ, Thierry. The Three Faces of Securitization: Political Agency, audience and context. *European Journal of International Relations.* vol. 11, pp. 171-201, 2005.

BALZACQ, Thierry; BASARAN, Tugba; BIGO, Didier; GUITTET, Emmanuel-Pierre; OLSSON, Christian. Security Practices. In: DENEMARK, Robert A; MARLIN-BENNETT, Renée. (eds.) *The International Studies Encyclopedia Online*. Wiley-Blackwell, 2010.

BARKAWI, Tarak; MARK, Laffey. The postcolonial moment in security studies. *Review of International Studies*, 32, pp. 329–352, 2006.

BIGO, Didier. La voie militaire de la "guerre au terrorisme" et ses enjeux. *Cultures & Conflicts*. vol. 44, pp. 1-11, 2001.

BIGO, Didier; TSOUKALA, Anastassia. Understanding (in)security. In: BIGO, Didier; TSOUKALA, Anastassia (eds.). Terror, *Insecurity and Liberty*: *Illiberal Practices of Liberal regimes after 9/11*. Oxon: Routledge, pp. 1-9, 2009.

BOOTH, Ken. *Theory of World Security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BOOTH, Ken. Security and Emancipation. *Review of International Relations*. vol. 17, pp. 313-326, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BRODIE, Bernard. Strategy as a Science. In: MAHNKEN, Thomas; MAIOLO, Joseph (eds.). *Strategic Studies*: A Reader. London/New York: Routledge, pp. 8-21, 2008.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene (eds.). *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security*: A New Framework for Analysis. Londres/Boulder: Lynne Rienner, 1998.

CARR, Edward. Vinte anos de crise 1919-1939. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/ Ipri/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, [1939] 2002.

CEPIK, Marco. Segurança Internacional: Da Ordem Internacional aos Desafios para a América do Sul e para a CELAC. In: BONILLA, Adrian; ALVAREZ, Isabel (eds.). *Desafios estratégicos del regionalismo contemporáneo CELAC e Iberoamérica*. San José: FLACSO, pp. 307-324, 2013.

CHANDLER, David. Review Article: Theorising the Shift from Security to Insecurity - Kaldor, Duffield and Furedi. *Conflict, Security & Development*. vol. 8, pp. 265-276, 2008.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *On War.* Princeton: University Press, 1989

CORBETT, Julian S. *Principles of Maritime Strategy*. Mineola/New York: Dover Publications, 1911.

COX, Robert. W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millennium*: Journal of International Studies. vol. 10, pp. 126-155, 1981.

CC BY NC SA

DOUHET, Giulio. *O Domínio* do Ar. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1988.

DUSSEL, Enrique. *Filosofía de la Liberación*. Cidade do México: Edicol, 1977.

EARLE, Edward M. National Defense and Political Science. *Political Science Quarterly*. LV, 4 December, pp. 481-495, 1940.

ENLOE, Cynthia. Margins, Silences, and Bottom Rungs: How to overcome the underestimation of power in the study of International Relations. In: SMITH, Steve et al. (eds.) *International Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas. Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva. *Contexto Internacional*, v. 35, n. 1, pp. 77-104, 2013.

GALLIE, Walter. B. Essentially Contested Concepts. *Proceedings of the Aristotelian Society*. v. 56, pp. 167-198, 1956.

GRAÇA, Pedro Borges. A área dos Estudos Estratégicos. *Rev. Direito Econ. Socioambiental*, v. 4, n. 2, pp. 39-57, 2013.

GRAY, Colin S. Across the Nuclear Divide, Strategic Studies Past and Present. *International Security*, v. 2, n.1, pp. 24-46, 1977

GRAY, Colin. S. *Strategy and Politics*. New York, NY. Routledge, 2017.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Volume 1. Petrópolis: Vozes, 2005.

HERZ, John H. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. *World Politics*, v. 2, n. 2, pp. 157–180, 1950.

HOBSON, John M. Re-viewing the Eurocentric Conception of World Politics: A Response to Knutsen, Ling, Schmidt, Tickner and Vitalis. *Millennium*: Journal of International Studies, v. 42, 2013. pp. 485-514.

HOBSON, John M. What"s at Stake in Doing (Critical) IR/IPE Historiography? The Imperative of Critical Historiography. In: SCHMIDT, Brian; GUILHOT, Nicolas (eds.). *Historiographical Investigations in International Relations*. London: Palgrave MacMillan, pp. 149-169, 2019.

CC BY NC SA

JOMINI, Antoine H. *The Art of War*. Westport. Greenwood Press, s/d, 1862.

JUNG, João H.S. A Hegemonia Normativa das Relações Internacionais: o Terrorismo como forma de Desobediência Revolucionária. In: PONTEL, Evandro et al. (eds.). *Democracia e Desobediência Civil.* Porto Alegre: Fundação Fênix, 2019.

KESSLER, Oliver; DAASE, Christopher. From Insecurity to Uncertainty: Risk and the Paradox of Security Politics. *Alternatives: Global, Local, Political*. v. 33, pp. 211-232, 2008.

LAPID, Yosef. The third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. *International Studies Quarterly*, v.33, n.3, pp. 235-254, 1989.

LI, Xing; ZHANG, Shengjun. Interdependent Hegemony: China´s rise under the emerging new world order. *China Quarterly Of International Strategic Studies*, [S.L.], v. 04, n. 02, pp. 159-175, jan. 2018. Disponível em: <https://www.worldscientific.com/doi/abs/10.1142/S237774001850015X>. Acesso em: 22 dez. 2022.

LINKLATER, Andrew. The question of the next stage in International Relations Theory: a critical-theoretical point of view. In: LINKLATER, Andrew (ed.). *International Relations*: critical concepts in political science. Volume IV. London: Routledge, pp. 1633-1654, 2000.

MAO-TSÉ, Tung. *Selected Military Writings of Mao Tsé-Tung*. Beijing: Foreign Language Press, 1963.

MAHAN, Alfred. T. *Estratégia Naval*. Buenos Aires. Escola de Guerra Naval, 1935.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1979.

MCSWEENEY, Bill. Identity and Security: Buzan and the Copenhagen School. *Review of International Studies*, v. 22, pp. 81-93, 1996.

MENDES, Flávio Pedroso; REZENDE, Lucas P. O dilema da segurança como realidade fundamental da Política Internacional: debate teórico e implicações para a América do Sul. *Rev. Bras. Est. Def*, v. 7, n. 1, pp. 13-42, 2020.

MORGENTHAU, Hans J. A *política entre as nações*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/ Ipri/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MTHEMBU, Philani. *China and India´s Development Cooperation in Africa: the rise of southern powers*. Londres: Palgrave Macmillan, 2018.

PROENÇA Jr, Domício; DINIZ, Eugenio; RAZA, Salvador Ghelfi. Guia de *Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

PROENÇA Jr, Domício; DUARTE, Érico Esteves. Os Estudos Estratégicos como base reflexiva da defesa nacional. *Rev. Bras. Polít. Int*, v.50, n.1, pp. 29-46, 2007.

POULIOT, Vincent. A Theory of Practice of Security Communities. *International Organization*, v. 62, pp. 257-288, 2008.

RUDZIT, Gunther. O debate teórico em Segurança Internacional. Civitas, Porto Alegre, v. 5, n. 2, pp.297-323, 2005.

SAID, Edward. *Representations of the Intellectual*: the 1993 Reith lectures. New York: Vintage Books, 1996.

SCHÄFER, Heinrich. W. Identity Politics and the Political Field: A Theoretical Approach to Modeling a "Field of Identity Politics. In: RAAB, Josef. (ed.) New World Colors: Ethnicity, Belonging, and Difference in the Americas. Trier: Wissenschaftlicher Verlag Trier & Tempe, pp. 359-384, 2014.

SENHORAS, Eloi. A regionalização da segurança na América Latina. *Meridiano 47* n. 117, pp. 12-14, 2010.

SHEPHERD, Laura; WELDES, Jutta. Security: the State (of) Being Free From Danger. In: BRAUCH, Hans. G. et al (eds.). *Globalization and Environmental Challenges*: Reconceptualising Security in the 21st Century. Nova York. Springer, pp. 529-537, 2008.

SILVA, Mayane Bento; NUNES, Thainá Penha Baima Viana; SILVA, Tienay Picanço Costa da. A evolução do conceito de *Segurança e sua inserção nas Relações Internacionais*. 2018. Disponível em: <https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535660084_ARQUIVO_AEVOLUCAODOCONCEITODESEGURANCAESUAINSERCAONASRELACOESINTERNACIONAIS.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2021.

SMITH, Steve. The Contested Concept of Security. In: BOOTH, Ken (ed.) *Critical Security Studies and World Politics*. London: Lynne Rienner, pp. 27-62, 2005.

CC BY NC SA

SUN TZU. A *Arte da Guerra*. Rio de Janeiro. Record, 1983.

TICKNER, Ann J. On the Frontlines or Sidelines of Knowledge and Power? *Feminist Practices of Responsible Scholarship. International Studies Review*. v. 8, pp. 383-395, 2006.

VALENÇA, Marcelo M. O Tratamento de Fatores Econômicos pelas Teorias de Segurança Internacional: Uma Discussão Sobre Possibilidades. *Relações Internacionais no Mundo Atual*, Curitiba, n. 10, pp. 63-90, 2009.

WÆVER, Ole. Securitization and Desecuritization. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D (ed.) *On Security*. Nova York: Columbia University Press, pp. 46-86, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. Eurocentrism and its Avatars: The Dilemmas of Social Science. *New Left Review*. v. 1, pp. 93-107, 1997.

WALT, Stephen. M. The Renaissance of Security Studies. *International Studies Quarterly*, v. 35, pp. 211-239, 1991.

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WILLIAMS, Michael. C. *Culture and Security*: Symbolic Power and the Politics of International Security. London: Routledge, 2007.

WYN JONES, R. Introduction: Locating Critical International Relations Theory. In: WYN JONES, R. (ed.). *Critical Theory and World Politics*. London: Lynne Rienner, pp. 1-19, 2001.

WYN JONES, R. "Message in a Bottle"? Theory and Practice in Critical Security Studies. *Contemporary Security Policy*. v. 16, pp. 299-319, 1995.

CC BY NC SA